

GERMINANDO A RESISTÊNCIA: EXPERIÊNCIAS DE GRUPOS COLETIVOS DE MULHERES CAMPONESAS EM JAGUARUANA-CE

Data de submissão: 08/11/2023

Data de aceite: 02/05/2024

Mariana Barbosa do Nascimento

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (DCSP)
Mossoró - Rio Grande do Norte
<http://lattes.cnpq.br/4194232070193214>

Karlla Christine Araújo Souza

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – DCSP/PPGCISH/GECOM
Mossoró - Rio Grande do Norte
<https://orcid.org/0000-0002-3992-2163>

RESUMO: Busca-se através deste estudo compreender como os grupos coletivos de mulheres camponesas atuam nas decisões do cotidiano das comunidades rurais e territórios de resistência da cidade de Jaguaruana, Ceará. Esse estudo parte da hipótese de que os grupos coletivos de mulheres camponesas são parte atuante da construção e da tomada de decisões envolvendo suas vidas e as vidas das suas companheiras de classe. Portanto, investiga quais são as condições, os meios e organizações elaboradas por essas mulheres para atuarem em espaços de decisão. A metodologia do campo é a observação participante e a construção de um relato etnográfico das vivências

dessas mulheres por meio do relato de experiência individual de Maria Elisângela Gomes Magalhães, suas narrativas de vida, seu pertencimento aos movimentos sociais de mulheres camponesas e suas lutas cotidianas. Conta ademais com a transcrição dos relatos orais dessa liderança e com a coescrita colaborativa. Considera-se também que a partir do envolvimento das mulheres camponesas em movimentos sociais rurais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil e o Movimento de Mulheres Camponesas haja uma maior atuação política e social das camponesas, possuindo cada vez mais voz ativa e atuante.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato, Mulheres Camponesas, Territórios de Resistência.

FOSTERING RESISTANCE: EXPERIENCES OF COLLECTIVE GROUPS OF PEASANT WOMEN IN JAGUARUANA-CE

ABSTRACT: This study seeks to understand how collective groups of peasant women act in everyday decisions in rural communities and resistance territories in the city of Jaguaruana, Ceará. This study is based on

the hypothesis that collective groups of peasant women are an active part of the construction and decision-making involving their lives and the lives of their classmates. Therefore, it investigates the conditions, means and organizations created by these women to act in decision-making spaces. The field methodology is participant observation and the construction of an ethnographic account of these women's experiences through the account of Maria Elisângela Gomes Magalhães' individual experience, her life narratives, her belonging to the social movements of peasant women and their daily struggles. It also includes the transcription of this leadership's oral reports and collaborative co-writing. It is also considered that, through the involvement of peasant women in rural social movements such as the Brazilian Landless Workers Movement and the Peasant Women's Movement, there will be greater political and social action by peasant women, with an increasingly active and active voice.

KEYWORDS: Peasantry, Peasant Women, Resistance Territories.

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura compreender como as mulheres camponesas se organizam e agem na cidade de Jaguaruana-CE. Esta pesquisa nos permite compreender a partir da análise da trajetória dessas mulheres, com enfoque no percurso de Maria Elisângela Gomes Magalhães, como a participação das mulheres impactam no cotidiano de seus companheiros de classe, como elas se organizam e quais são os frutos desse processo de organização feminina. Compreender esses pontos é compreender como essas mulheres interferem diariamente no cotidiano de suas comunidades, publicizando algo que nem sempre é visto nos estudos sobre o campesinato.

O estudo conta com o recurso da polifonia, pois almeja-se ouvir as vozes de muitas mulheres pelo som de uma mulher, que será tradutora e transmissora do saber de outras mulheres camponesas, é importante que haja o entendimento de que, quando uma mulher fala, muitas outras que formam sua rede de apoio estão falando e muitas vozes serão faladas e ouvidas através do pesquisador. Essa antropologia polifônica se apresenta através de relato oral de liderança e dos contextos vivenciados pelas pesquisadoras, pois não há como transcrever o campo para a comunidade científica com a imunidade de quem o escreve. A subjetividade dessa mulher compõe um plano principal nesta pesquisa, pois para compreender a vida destas mulheres, a sua subjetividade não pode ser suprimida, uma vez que esta se compõe no contexto das experiências coletivas.

Para compreender a relevância do coletivo de mulheres camponesas é preciso compreender como elas se organizam e como elas pensam enquanto grupo sistematizado e unido. Isso se mostra como parte essencial para o entendimento desse estudo e como ele se desdobra na realidade da vida dessas mulheres. Pensar o campesinato é pensar em condições de vida difíceis, contudo os grupos de camponeses demonstram uma capacidade de organização e de pressão social que sempre se destacou na sociedade brasileira após os anos 60, com os ideais de reforma agrária, de regularização das terras

desses pequenos camponeses. As mulheres camponesas estão sempre atrás do véu da burocracia masculina, entretanto, “O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) foi criado em 2004 como resultado da união de vários movimentos de mulheres do campo, sejam agriculturas, pescadoras ou extrativistas.” (BONI, 2013, p.67), mostrando que com o passar do tempo a organização das mulheres camponesas vêm se tornando cada vez mais estruturado.

Esse pensamento de organização e estrutura se faz presente nesse estudo para que seja compreensível como esse movimento feminino se molda nas realidades do interior do Ceará. Sendo assim, é preciso observar suas particularidades que fazem esse coletivo ser visto de forma única, com seus desdobramentos e como ele é possível de se analisar em paralelo com outros coletivos femininos do mesmo eixo social.

O objetivo geral desse estudo é perceber como essas mulheres se organizam para que seja possível compreender como elas interferem diretamente na realidade de suas comunidades, de suas vidas e de seus companheiros de classe. E, tem-se por objetivos específicos, a compreensão dos meios que essas mulheres usam para se organizar enquanto coletivo, quais conflitos são enfrentados por elas para imporem seus saberes e suas ideias e, por fim, entender como é o cotidiano dessas mulheres e como ele é organizado em contexto de luta contínua pela terra.

É importante o foco na organização do grupo para que se haja a compreensão de como se organizam e como agem as mulheres camponesas jaguaruanenses em um coletivo feminino que tem como fundamento a união dessas mulheres em prol de uma cidadania colaborativa e da luta por seus direitos e pelos direitos dos seus companheiros e companheiras. As mulheres camponesas são parte importante da história do campesinato da terra da rede.

A união de mulheres camponesas possui um histórico de muita luta, suor, sangue e labor para a conquista de direitos que as foram negados. Essas batalhas travadas ao longo de tantos séculos devem ter o seu papel de destaque na conquista de direitos não somente para as mulheres, mas para a população em geral. Segundo Federici (2017, p. 138) “A função social das terras comunais era especialmente importante para as mulheres, que, tendo menos direitos sobre a terra e menos poder social, eram mais dependentes das terras comunais para a subsistência, a autonomia e sociabilidade.” A autora mostra que as mais afetadas pelo cercamento das terras comunais foram as mulheres camponesas que perderam sua autonomia, o que instiga essas mulheres a buscarem essas terras de forma mais árdua e comecem a serem taxadas como insanas e bruxas, para sua degradação social e moral. O que não falta na longa história das mulheres é motivos para ir à luta por seus direitos negados de forma histórica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa conta com a técnica de pesquisa entrevista com narrativa de vida (BERTEAUX, 2010) com base na narrativa da liderança feminina de Maria Elizângela. A escolha da informante ocorreu por meio da observação participante que acompanhou processos de lutas e resistência em que esta autoridade se mostrou interlocutora-chave. Além disso, considera os procedimentos da Antropologia Hermenêutica de Roberto Cardoso de Oliveira, olhar, ouvir e escrever em sua relação dialógica com o campo e os procedimento de tradução do texto antropológico e da observação participante no campo.

A presente pesquisa encontra-se em fase exploratória, como consequência, selecionou-se somente uma entrevista para que fosse utilizada neste artigo. Optou-se por entrevistar a Maria Elisângela pois ela se mostrou como personagem chave na luta das mulheres camponesas jaguaruanenses, devido sua atuação e liderança no movimento que se destaca pelo município de Jaguaruana e região do Alto Jaguaribe. Entretanto, o resultado final futuro desta pesquisa contará com mais entrevistas e mais vozes, sem perder de vista a polifonia que os estudos antropológicos devem conter.

DESENVOLVIMENTO

Maria Elisângela Gomes Magalhães nasceu no dia 24 de março de 1978 na cidade de Jaguaruana-CE e se afirma como mulher negra. Filha de mãe agricultora e pai pescador e agricultor, Elisângela possui muitas memórias da sua infância sendo agricultora e trabalhando em fazendas que não eram da sua família. Ela relata que sua mãe a levava em cima de um trator, às duas da manhã, para o trabalho e a deixava na sombra de uma moita para que não se queimasse quando o sol surgisse de forma completa e iluminasse a vida daqueles trabalhadores na lavoura. Elisângela também relata suas memórias com seu pai e seus irmãos - que ao todo são treze - na pesca. E conta com muito pesar a degradação do Rio Jaguaribe.

Então assim. Meu nome é Elisângela, sou mulher, sou negra, sou camponesa, agricultora de nascença e sou filha de agricultora e de agricultor pescador aqui de Jaguaruana. Sou filha natural de Jaguaruana e tive uma infância bem difícil, né? Porque a gente nunca teve terra, sempre trabalhou nas terras dos fazendeiros, então eu tive uma infância muito difícil, de muitas privações de direitos, passamos muita fome, eu junto com minha família. Eu sou de uma família de treze filhos e onde dois faleceram ainda criança por doenças curáveis, mas como a gente não tinha acesso a uma saúde pública, de qualidade, naquela época era bem mais difícil que hoje. Mas a gente foi se construindo nesse processo de resistência, de continuar existindo mesmo com tanta dificuldade. [...] Eu lembro, eu muito pequena, quando a minha mãe e a gente saía duas horas da manhã em cima de um trator pra ir trabalhar na... olha a vida como é interessante. Pra ir trabalhar em uma fazenda e nós tão pequenos e a mamãe colocava, quando o sol ficava muito quente, colocava a gente embaixo do que chama de moita, de uma moitazinha, ela continuava a lida e deixava a gente embaixo de uma sombrinha da moita pra poder a gente, quando o sol esfriasse mais, a gente fosse ajudar. E interessante que essa mesma fazenda onde a gente trabalhou, quarenta e três anos depois a gente ocupa essa fazenda! E eu me sinto muito feliz por isso. Então em cada canto da antiga fazenda que hoje é então a ocupação Dom Frágoso, fez dois anos agora em maio, porque também sou acampada lá. Então eu trabalhei durante toda a minha infância naquela fazenda, tenho muitas memórias do quanto a gente sofreu lá, a gente trabalhava muito. A gente passava o dia todinho trabalhando, saía muito cedo de casa, mas a gente não conseguia colocar o alimento dentro da nossa casa. A gente passava o dia trabalhando, mas a gente tinha falta de comida em casa. E quarenta e três anos depois, a gente ocupa essa fazenda e eu me sinto muito feliz por isso, porque não vai ter mais o processo de exploração naquele território. Agora é um outro processo, é um processo de coletivização, é um processo de alimentos saudáveis, é um outro processo. Então eu tenho muitas lembranças da minha infância. E eu lembro também do Rio Jaguaribe aqui, meu pai era pescador, meus irmãos têm alguns que são pescadores, deles ir pescar e a gente ia junto também. Então eu lembro da minha infância, eu pescando de landuá com meu pai, com meu irmão. Pescando de mão, que a gente pegava os morés, que é um peixe que infelizmente não tem mais aqui na nossa região. Difícilmente a gente vê devido também a degradação que houve no processo do Rio Jaguaribe. Eu tenho quarenta e cinco anos e eu passei toda a minha infância no Rio Jaguaribe pescando, tomando banho, lavando roupa e hoje a gente não vê mais esse processo porque o rio, apesar dele não ser um rio fluente, mas toda a minha infância eu nunca vi ele seco e hoje, quarenta e cinco anos depois, a gente passa no leito do rio de carro. (MAGALHÃES, 2023)

A camponesa nos conta como iniciou sua vida nos movimentos de luta pela terra. De forma muito orgânica, Elisângela nos diz que entrou para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil - MST - através da educação. Quando o MST retorna para o município de Jaguaruana, Elisângela é chamada para dar aula para jovens e adultos, pois emancipar pela educação é uma das propostas do MST em seus assentamentos. Então Elisângela prontamente aceita e relata que foi assim que adentrou ao movimento de luta pela terra, pois estava comungando com as ideias que ali eram propostas pelo Movimento. Foi assim que ela se forjou/foi forjada, pois é um processo de construção coletiva, enquanto militante do movimento dos trabalhadores da terra e que lutam por ela.

E eu tive acesso a educação com muitas dificuldades, né? Que a gente tinha que trabalhar e estudar. Como eu já tenho quarenta e cinco anos, há quarenta e cinco anos atrás era bem mais difícil que hoje. Eu me formei em licenciatura em educação no campo, mas já me formei em dois mil e dezenove, né? Já nos meus quarenta anos, já. Porque não tive essa oportunidade. Então eu rasguei essa oportunidade, eu digo rasguei porque foi uma construção coletiva. Quando eu chego no Movimento Sem Terra, através aqui do Rosa Luxemburgo, o assentamento Rosa Luxemburgo, quando o Movimento Sem Terra, o MST, volta a fincar suas bandeiras aqui no município de Jaguaruana. Porque a primeira bandeira do MST fincada aqui no latifúndio foi no Assentamento Bela Vista. Então o MST, por um grande período, ele se ausentou daqui, mas voltou acho que em... não estou lembrada aqui o ano. Mas voltou com o assentamento Rosa Luxemburgo. E eu fui convidada na época pra ensinar jovens e adultos, foi quando eu conheci o MST, então eu conheci o MST. E ao ficar em sala de aula com jovens e adultos, eu acabei me apaixonando pela proposta do MST e o MST foi me forjando enquanto lutadora, mais orgânica. Fui compreender algumas coisas que eu não compreendi. E passei a estudar e ser militante desse processo (MAGALHÃES, 2023).

Através da bandeira da educação proposta pelo MST, Elisângela também alcançou seu diploma de Ensino Superior, licenciando-se em Educação do Campo pela Universidade Estadual do Ceará, no campus da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM-, na cidade de Limoeiro do Norte.

Ao entrar no MST pela porta da educação, que o MST se propõe que é a educação de jovens e adultos, eu acabei entrando na militância e ao militar no MST, a gente também junto com o MST, construímos a proposta do curso superior de licenciatura em educação do campo. Que eu me formei professora na FAFIDAM, na Universidade Estadual do Ceará, no campus da FAFIDAM e eu entrei pela porta da educação no MST. Hoje não faço mais parte das instâncias do MST, mas toda a minha formação política, a minha formação humana, o MST que me formou. Hoje faço parte da OPA, Organização Popular, que a gente está fazendo aquilo que o MST nos ensinou. Que é organizar a classe trabalhadora não só do campo, mas da cidade também. (MAGALHÃES, 2023).

Silvia Federici nos relata no seu prefácio à edição brasileira que ao escrever o seu livro “Calibã e a bruxa” teve que re-analisar como era o sistema capitalista visto com os olhos das mulheres que estavam passando por aquela transformação e nos diz que “Como eu estava por descobrir, analisar o capitalismo do ponto de vista da reprodução da vida e da força de trabalho significava repensar todo o processo de sua formação” (FEDERICI, 2017). Compreende-se através desta fala da autora italiana que o capitalismo atinge de uma forma muito diferente as mulheres e os homens. Enquanto estes últimos preocupavam-se em se enquadrar no novo sistema de produção, as mulheres estavam sendo caçadas e queimadas vivas.

Compreender o papel da mulher dentro da sociedade brasileira é compreender que existem muitos marcadores que agravam e formam uma interseccionalidade de opressões. Raça, gênero, etnia e sexualidade são exemplos claros de como há o cruzamento entre

essas opressões. No caso das mulheres camponesas, há ainda o agravante da questão agrária em nosso país, que sofre com as consequências de uma política de incentivo ao latifúndio, à monocultura e à exportação, simbolizando um sistema com muitas heranças do seu passado colonial. Patrícia Hill Collins seleciona uma passagem muito pontual da afro-americana Maria Stewart, em que ela diz: “Lutem pela defesa de seus direitos e privilégios. Conheçam as razões que as impedem de ter acesso a eles. Insistam até levá-los à exaustão. Tentar talvez nos custe a vida, mas não tentar certamente nos levará à morte.”. Esta citação está atrelada à condição da mulher Negra na sociedade estadunidense no século XIX, entretanto é sabido que as mulheres camponesas também precisam lutar de todas as formas possíveis para conseguir sobreviver e produzir os alimentos em busca da redução da insegurança alimentar.

Elisângela nos conta como é a sua experiência enquanto mulher camponesa negra em nossa sociedade:

Um desafio bastante gritante, ser mulher na sociedade. Apesar dos avanços que a gente tem devido a muita luta e muita conquista, mas ainda é muito difícil ser mulher. A fala da mulher, ela é ainda muito ceifada, muito calada ainda mesmo dentro das organizações. Todo dia a gente que estar rasgando o nosso espaço. Todo dia nós temos que dizer “Nós estamos aqui! Nós temos direito de fala! Nós também organizamos!”. Nós também somos lideranças comunitárias ou de movimento. Ainda é muito difícil, mas esse processo tem avançado bastante. Com as formações políticas, com a participação direta seja na organização da comunidade, da associação, do movimento. Nos espaços políticos onde a gente está. Porque a gente entende que estar em um espaço político não é só estar na política partidária, mas na política da construção de uma nova sociedade. Então ainda é muito difícil, mas a gente tem o nosso espaço porque a gente briga todos os dias pra ter esse espaço. (MAGALHÃES, 2023).

Entretanto, ao ser perguntada se os companheiros de luta escutam mais as suas propostas ou as do seu marido, em quesito de atenção e legitimidade da fala, Elisângela nos responde que não se sente inferior, nem sente que seus companheiros a veem assim. Ao reuni-los para organizá-los, ela nos conta como se sente:

Por incrível que pareça, vivendo nessa sociedade que a mulher tem que ser recatada, do lar e bela [risada]. Que a gente não é, mas foi isso que se construiu. Mas eu sou muito bem-vinda dentro das comunidades, muito aceita e não sinto que escutem mais o Odair. Eu vejo que eles não têm essa distinção, enquanto militante da organização, com outros organizados, junto com o Odair. Eu não me sinto menor e não sinto que eles me vê menor por isso. Pelo contrário, escutam bem as propostas e os encaminhamentos feitos juntos (MAGALHÃES, 2023).

Isso mostra o caráter de coletividade construído no seio do movimento popular em luta pela terra. Contudo, Elisângela nos relata também que mulheres camponesas sofrem opressões de seus esposos, mostrando assim a faceta da micro sociedade que é vista quando se observa uma família, em que o homem busca reproduzir no seu lar a

opressão que lhe é imposta na sociedade. Elisângela nos diz que “[...] muitas delas sofrem opressão, a gente tem que dizer isso. Muitas mulheres camponesas sofrem opressão dos seus companheiros e muitas delas vêm me procurar pra como resolver essas situações” (MAGALHÃES, 2023).

Neste contexto do lar, como uma micro sociedade, o homem tem a liberdade de exercer o poder que ele observa e não pode reproduzir em um âmbito maior, “Tal fenômeno pode também ser chamado de síndrome do pequeno poder (SAFFIOTI, 1989), à qual estão sujeitas ambas as categorias de sexo. É verdade que o homem entra em síndrome do pequeno poder com mais facilidade e frequência que a mulher.” (SAFFIOTI, 2015). Isso mostra, segundo Paulo Freire, que a educação - não a vertical, mas a horizontal - ainda não cumpriu o seu papel total de libertação, pois “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”.

Patrícia Hill Collins escreve na seção “O relacionamento da mulher Negras umas com as outras” de seu livro *Pensamento Feminista Negro*, 1990, que as experiências compartilhadas entre mulheres afro-americanas são similares pois vivem em contextos similares, “Ao conversar com outras mulheres afro-americanas, descobri que muitas de nós tiveram experiências parecidas” (Collins, 1990). A aproximação dessas mulheres se dá pela vivência e pelo espaço que elas reconhecem ser seguro para expressar sua voz e suas ideias. A autora relata em seu livro que somente uma mulher Negra pode compreender outra mulher Negra, em consequência das opressões que ambas sofrem.

Em um diálogo com outras quatro mulheres Negras, Evelyn Hammonds descreve essa relação especial que mulheres Negras podem ter umas com as outras: “Eu acho que na maior parte das vezes você precisa estar lá para ter a experiência. Eu sempre rio quando estou com outras mulheres negras. Acho que nosso humor vem de um reconhecimento compartilhado de quem todas nós somos nesse mundo” (Clarker et. al. 1983, 114).

Enquanto isso, Elisângela nos relata seu relacionamento com suas companheiras de classe, como elas se sentem umas em relação às outras.

A gente tem um processo dentro da Organização Popular de que a participação das mulheres ela seja mais efetivada e que as mulheres possam ter esse mais espaço de participação. Porque na verdade, as mulheres, a sociedade definiu algumas tarefas pra elas. Então elas têm que cuidar dos filhos, cuidar da casa, têm que cuidar do esposo. Então isso impossibilita, muitas vezes, essas mulheres estarem participando do processo organizativo. Mas a gente tem tido uma relação muito boa, a gente tem trabalhado para que essas mulheres possam participar e dar sua proposta, o seu ponto de vista e construir junto com os homens. Então a minha relação com as mulheres é uma relação muito presente, tão presente que até problemas familiares a gente constrói junto pra ir avançando. Então muitas delas sofrem opressão, a gente tem que dizer isso. Muitas mulheres camponesas sofrem opressão dos seus companheiros e muitas delas vêm me procurar pra como resolver essas situações (MAGALHÃES, 2023).

A fala observada acima da camponesa Elisângela comunga com o pensamento que Collins nos traz na citação anterior, em que Evelyn Hammonds conta como as mulheres Negras se reconhecem umas nas outras. A afro-americana Zora Neale Hurston escreveu em seu romance que a mulher Negra é a mula do mundo, mostrando essa visão de subalternização que foi construída sobre as mulheres Negras. Mulheres camponesas se comunicam em um espaço seguro para ambas e então compreendem que passam por processos similares, pois a sociedade as atinge de forma similar, com opressões que envolvem o gênero e a luta pelo campo. Dentro da hierarquia da luta camponesa, a mulher historicamente foi colocada como base dessa pirâmide hierárquica.

Falar sobre a opressão que a mulher camponesa sofre é compreender que ela não está isolada em um aspecto social em que só o campesinato opera sobre ela. É preciso observar que inúmeros fatores irão operar nesta mulher, demonstrando que ela não está isolada em seu campo, mas segue sofrendo das mesmas opressões que as mulheres urbanas sofrem. Entre a década de 1990 e o começo dos anos 2000, foram realizadas pesquisas sobre a violência contra a mulher e a escritora brasileira Heleieth Saffioti utilizou estes dados na escrita do seu livro *Gênero, Violência, Patriarcado*. Os dados mostram que:

Os dados de campo demonstram que 19% das mulheres declararam, espontaneamente que, haver sofrido algum tipo de violência da parte de homens, 16% relatando casos de violência física, 2% de violência psicológica, 1% de assédio sexual. Quando estimuladas, no entanto, 43% das investigadas admitem ter sofrido violência sexista, um terço delas relatando ter sido vítimas de violência física, 27% revelando ter vivido situações de violência psíquica, e 11% haver experimentado o sofrimento causado por assédio sexual. Trata-se, pois, de quase a metade das brasileiras. Os 57% restantes devem também ter sofrido alguma modalidade de violência, não as considerando, porém, como tal (SAFFIOTI, 2015, 49-50).

Cláudia de Lima Costa nos conta como a tradução cultural possui importância crucial dentro do processo de organização das mulheres, principalmente em um contexto pós colonial.

Na tradução, há a obrigação moral e política de nos desenraizarmos, de vivermos, mesmo que temporariamente, sem teto para que a/o outra/o possa habitar, também provisoriamente, nossos lugares. (COSTA, 2012, 44)

Esse processo de tradução é muito notório nos territórios de resistência, principalmente o observado nesta pesquisa. Elisângela é uma mulher que possui conhecimentos acadêmicos que muitas companheiras de classe não tem oportunidade de possuir, ao passo que suas companheiras de classe detêm conhecimentos que Elisângela ainda não detém. Traduzir é esse processo de permitir que o outro conheça o mundo em seu local. Que a companheira também saia de si e busque compreender a outra, permitindo absorver o conhecimento através de suas lentes e suas vivências. Não há como estar parado em um processo de ir e vir.

Elisângela nos conta como funciona o processo de organização entre as mulheres da ocupação Gregório Bezerra, em Jaguaruana-CE. As companheiras participam ativamente das reuniões gerais e também possuem momentos somente de mulheres, construindo um espaço seguro para se comunicarem. Percebe-se também que as companheiras constroem em conjunto o coletivo em que habitam, expressando suas opiniões e atuando de forma participativa com suas companheiras de classe.

Sim, nas nossas comunidades a gente sempre faz reuniões com as mulheres, específica só das mulheres. Elas participam de todos os processos dentro da comunidade, mas também nós temos nosso momento nosso! Onde a gente fala de nós, onde a gente se constrói, vê onde a gente pode melhorar, onde a gente pode avançar, onde é que tá doendo, como a gente pode curar essa dor. Seja através de formação, seja através de momento de lazer ou de um momento também produtivo. Porque as mulheres têm muito forte essa questão da produção de alimentos, da produção de ervas medicinais pra cura de alguma coisa. Então a gente se constrói nesse processo. Nós temos nosso momento. Inclusive agora, dia vinte e oito de maio, domingo, nós vamos ter um momento desse com umas vinte cinco, trinta mulheres da Organização Popular da comunidade Gregório Bezerra aqui em Jaguaruana. Comunidade nova que tem três meses. E nós vamos ter a participação do coletivo Ana Montenegro, coletivo classista Ana Montenegro de Fortaleza que está vindo fazer um momento com a gente, um primeiro momento. Porque nós vamos construir um processos de formação junto com o coletivo classista Ana Montenegro e junto com o coletivo de mulheres da OPA, pra construir um processo de formação continuada das mulheres da ocupação Gregório Bezerra. (MAGALHÃES, 2023)

É de fácil observação a centralidade da construção do coletivo para as mulheres camponesas jaguaruanenses. Ao participarem de momentos que envolvem toda a comunidade, elas expressam suas opiniões e constroem, em conjunto com suas companheiras de classe, o coletivo em que elas e suas famílias vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escutar a voz de mulheres como Elisângela traz grandes avanços para as ciências sociais, pois é compreendendo a partir destas vivências, no ir e vir dos saberes e práticas, que é possível construir uma ciência que se aproxima cada vez mais da sociedade brasileira em sua múltipla diversidade e emergências.

A pesquisa apresentada neste artigo trouxe a possibilidade de compreender melhor, a partir da fala de uma liderança feminina, em seu relato de vida, como as mulheres camponesas de Jaguaruana-CE se organizam e como isso afeta diretamente em seus cotidianos e nos cotidianos de suas famílias e de seus companheiros e companheiras de classe.

As camponesas jaguaruanenses da ocupação Gregório Bezerra se mantêm de forma organizada, no Grupo de Mulheres Germinando a Resistência, participando de todos os momentos da ocupação estudada, expondo suas ideias e transformando o cotidiano em que

vivem. Outra forma de organização destas mulheres é o fortalecimento das companheiras de classe, ao possuírem momentos íntimos em que discutem as problemáticas femininas de ser uma mulher do campo e lutar diariamente contra o agronegócio. Percebe-se que essa organização tem efeito notório quando as companheiras constroem de forma conjunta o coletivo em que habitam, buscando mudanças onde precisam e defendendo as permanências necessárias. Manter-se organizadas é parte crucial para que a mudança continue acontecendo.

Ao contar como foi sua entrada para os movimentos sociais, Elisângela nos mostra que esse processo ocorreu de forma muito orgânica, através do viés da educação que o MST traz consigo em seus assentamentos. Santos e Betto relatam que quando as camponesas adentram nos movimentos sociais rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil e/ou o Movimento de Mulheres Camponesas, a tendência é que elas se envolvam cada vez mais na política, de forma direta ou indireta. Elisângela comprova esta tendência descrita por Santos e Betto, pois ao adentrar para o MST, a camponesa se forjou enquanto lutadora do campo e se comprometeu com a luta contra a exploração do agronegócio.

A pesquisa tem como contribuição permitir que o leitor compreenda através da fala de uma mulher camponesa como é o seu cotidiano, buscando, no processo de transcrição de informações, ou de tradução cultural, as informações mais relevantes para a interlocutora não sejam negligenciadas. As mulheres camponesas possuem uma visão ampla da sociedade, pois constituem-se na base hierárquica dela, podendo ter uma visão que contempla todo o sistema que se encontra acima delas e traçando formas para conseguirem sobreviver neste sistema.

Busca-se através deste estudo contribuir com o debate na comunidade científica e camponesa, trazendo os resultados obtidos através de um referencial teórico que tem como princípio a descolonização do conhecimento em cruzamento com os dados da experiência com os movimentos sociais que foram foco na entrevista realizada com Elisângela Gomes.

É possível vislumbrar, através deste estudo, a importância da mulher camponesa na sociedade jaguaruanense, como a organização delas é importante para elas e para seu coletivo e como elas atuam cotidianamente alterando o seu entorno de forma significativa, mesmo com todas as dificuldades de serem mulher camponesas que enfrentam um sistema capitalista agroexportador.

REFERÊNCIAS

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: A pesquisa e seus métodos**. Natal, RN: EDUFRN, São Paulo, SP: Paulus, 2010.

BONI, Valdete. **Movimento de mulheres camponesas: um movimento camponês e feminista**. Revista Grifos, Chapecó, n. 34/35, p. 67- 88, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**. Boitempo, São Paulo, 2019.4.

COSTA, Cláudia de Lima. **Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber**. Portuguese Cultural Studies, Massachusetts, v.4, n.1, p. 41-65, set./nov., 2012.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: corpos e acumulação primitiva**. Elefante, São Paulo, 2017.

LIMA, Francisco Valdenir. **Territorialização do agronegócio e a resistência camponês**. Mercator, Fortaleza, v.15, n.1, p. 73-86, jan./mar., 2016.

MAGALHÃES, Elisângela Gomes. Entrevista concedida a Mariana Barbosa do Nascimento. Mossoró, 23 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. Editora UNESP, Rio de Janeiro, 2000.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **O conceito de classe social no feminismo camponês e popular**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 30, n. 2, e76934, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Expressão Popular, São Paulo, 2015, 2ed.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. **A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.28, n.1, e58051, 2000.

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos. BETTO, Janaína. **Movimentos sociais rurais e feminismos: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular**. Caderno CRH, Salvador, v.34, p. 1-18, 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. RESR, Piracicaba, v. 53, n. 1, p. 25-44, 2014.

ZENERATTI, Fábio Luiz. **O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária**. Katálysis, Santa Catarina, v.24, n. 3, p. 564-575 2021.